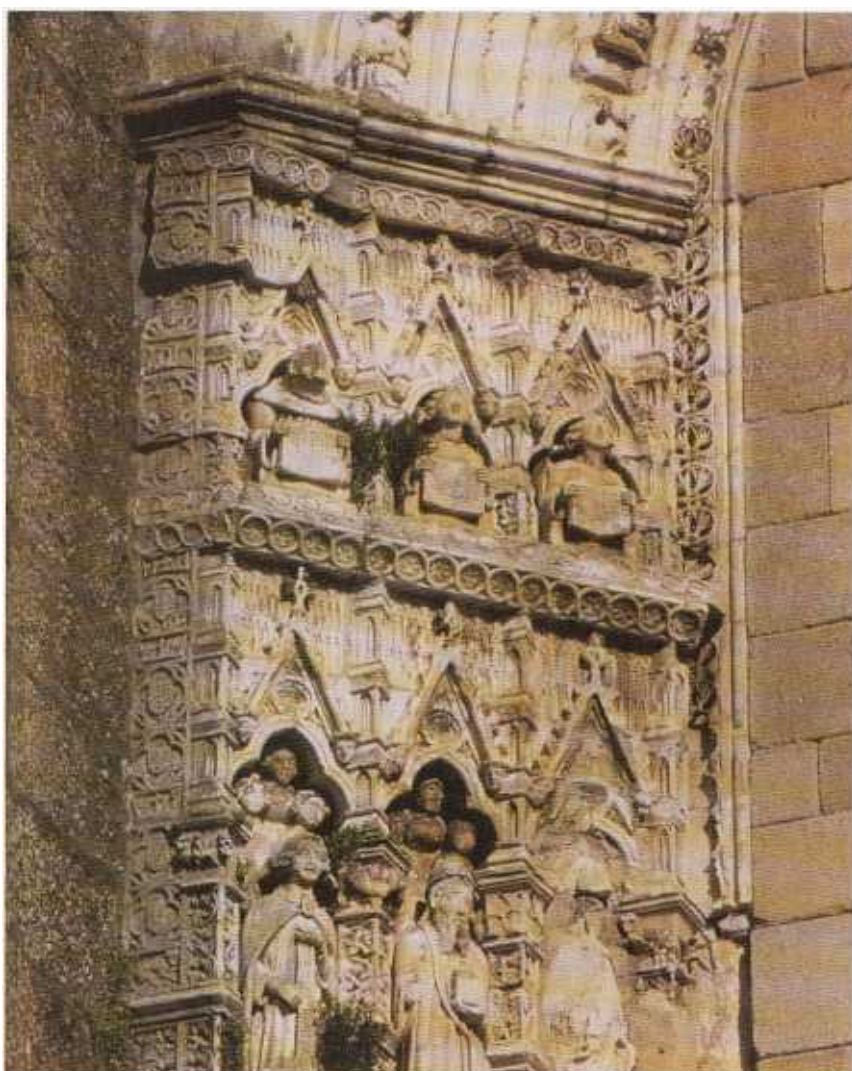


# Cultura e turismo: para uma economia de mercado

por Valéry Patin<sup>1</sup>

*Mesmo ao ritmo actual do seu desenvolvimento, o turismo pode ser um trunfo para o património, desde que as leis do comércio se apliquem com moderação.*

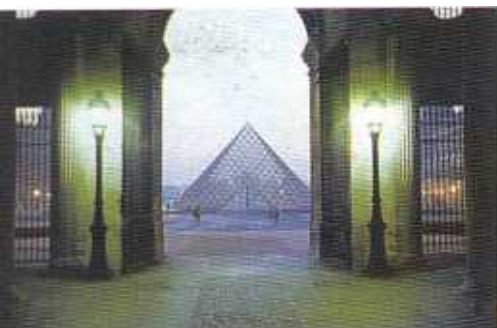


A viagem tem frequentemente um sentido ambivalente quando o seu objectivo é o da visita de sítios arqueológicos e monumentais ou de museus. Por um lado, é considerada como um factor privilegiado de educação e de sociabilidade: conduz o visitante a uma maior compreensão das particularidades culturais das comunidades que o acolhem. Por outro lado, a viagem é identificada como um risco, em particular quando se trata de locais sobre-frequentados ou locais frágeis em termos de condições de acolhimento. Por estes motivos, alguns denunciam a excessiva exploração turística destes sítios, que pode conduzir a uma expoliação dos autóctones dos seus próprios pontos de referência tradicionais bem como a uma perda, por parte dos monumentos, da sua autenticidade, isto é, do seu senti-

<sup>1</sup> Tradução de um texto do "Courrier de l'UNESCO", Julho/Agosto 99. Valéry Patin é doutor em sociologia, administrador do Comité Internacional do Turismo Cultural do ICOMOS.



do. É este o caso quando se tenta, através de meios descritivos demasiado generalistas, satisfazer a todo o custo o visitante apressado ou inquieto por não conseguir ver “tudo o que havia para ver”.



Mas, resolver este problema de ambivalência a partir de uma abordagem unicamente cultural já não é suficiente: não reflecte as novas funções económicas impostas, desde há uma quinzena de anos, ao património arqueológico, monumental e museológico, pela pressão da procura turística.

Para responder a esta pressão, numerosos países investiram esforços consideráveis para melhorar e diversificar a apresentação do património. Foram remodelados museus: mais de 6 mil milhões de francos (200 milhões de contos) foram consagrados à renovação do Museu do Louvre. Novos sítios viram a luz do dia: museus de arte moderna em São Francisco, Barcelona, Roma, Tokyo, Hong Kong, Bilbao. Foram reabilitados centros históricos, foram restaurados monumentos de grande prestígio, como o Palácio Grassi e a Ca Rezzonico, em Veneza. O número de grandes exposições cresceu fortemente. A sua

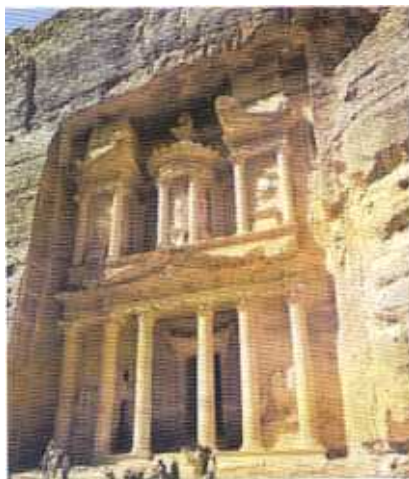
frequência ultrapassa regularmente as 500 000 visitas. A exposição de Monet, apresentada em Londres em 1999, bateu o recorde de entradas de uma exposição temporária, contabilizando mais de 8 500 visi-

*“Museus foram remodelados: mais de 6 mil milhões de francos (200 milhões de contos) foram consagrados à renovação do Museu do Louvre”.*

tantes por dia.

Estas acções de valorização beneficiaram do apoio dos media. O património transformou-se, para a maior parte dos visitantes, num objecto de consumo familiar, susceptível de trazer surpresas, descontração e prazer, mantendo-se sempre de fácil acesso. O forte crescimento dos produtos turísticos culturais, como as curtas estadias, reflecte esta realidade: associa-se a reserva numa manifestação cultural (exposição ou ópera), um transporte (comboio, avião), e um alojamento, de preferência num hotel típico.

Em quinze anos, o turismo contribuiu pois, largamente, para a integração do património cultural



no universo económico. Esta evolução levou a um certo número de modificações no sistema tradicional de protecção e de valorização do



património, quer no que diz respeito ao papel das instituições, quer no que concerne as modalidades de investimento.

Na maior parte dos grandes países turísticos receptores (excluindo Estados Unidos e Reino Unido), os sítios culturais são, desde longa data, geridos por instituições públicas. As receitas turísticas que geram são, no essencial, reutilizadas em benefício próprio. Podem, todavia, ser completadas por outros financiamentos públicos ou privados. Mas, em certos casos, as receitas oriundas da exploração dos sítios são utilizadas para outros fins, que não o da preservação e o da valorização desse património. A situação económica de alguns países pode explicar este procedimento. O que não impede que uma tal lógica conduza à sobre ex-





ploração dos recursos patrimoniais, reduzindo, simultaneamente, os investimentos necessários à sua preservação e à sua apresentação. Mais grave ainda é o facto de esta lógica poder dar origem à criação de equipamentos turísticos, nomeadamente hoteleiros, que, quando mal situados e de medíocre qualidade arquitectónica, ferem a qualidade e a autenticidade das paisagens culturais envolventes. Os planos de ordenamento dos sítios permitem, normalmente, limitar estes desvios de procedimento, mesmo que a sua aplicação não seja, por vezes, evidente devido aos altos interesses financeiros em jogo. As dificuldades encontradas para elaborar e colocar em funcionamento os programas de ordenamento dos sítios de Angkor (Cambodja) ou de

Petra (Jordânia), testemunham esta realidade.

A pressão turística, na medida em que cria oportunidades de receitas, tem conduzido, por vezes, as instituições culturais a desenvolver e reorientar algumas das suas actividades. Em França, a reunião dos museus nacionais (RMN), encarregue de gerir os museus do Estado, alcançou, em 1990, o estatuto comercial, o que lhe permite cobrar direitos de entrada, editar livros de arte e, sobretudo, comercializar objectos derivados. A RMN realiza um total de vendas na ordem dos 700 milhões de francos (20 milhões de contos). No Reino Unido, as receitas anexas (objectos derivados, venda por correspondência, restaurantes) do National Trust, gestor privado de mais de 500 edifícios históricos e sítios naturais, ultrapassa os 15 milhões de contos. Em Nova York, as vendas do Metropolitan Museum, aproximam-se dos 110 milhões de dólares (20 milhões de contos). Em muitos países, os poderes públicos organizaram-se para aumentar sensivelmente as intervenções do sector privado sob a forma de mecenato e de fundações.

### Produzir empregos e riqueza

Na maior parte dos casos, as instituições culturais e os operadores turísticos cooperam uns com os outros, nomeadamente, no quadro de protocolos de parceria (formação de pessoal, procedimentos de concertação, etc.). Mas a sua relação pode ainda ser conflituosa. Com o pretexto, aliás, absolutamente verdadeiro, de que o turis-



mo está na origem do essencial dos direitos de entrada e das receitas anexas, o Gabinete Nacional de Turismo Tunisino fez valer, recentemente, a sua legitimidade em

pretender gerir directamente os monumentos, museus e sítios nacionais. Foi necessário uma intervenção presidencial para confirmar que esta missão voltaria a estar sob a alçada das instituições culturais públicas.

Em matéria de investimentos, constata-se que, de uma forma geral, os fundos públicos ou privados con-



*“A pressão turística, na medida em que cria oportunidades de receitas, tem conduzido, por vezes, as instituições culturais a desenvolver e reorientar algumas das suas actividades”.*

sagrados à protecção do património (conservação e restauro) têm tendência a diminuir em detrimento dos fundos consagrados à valorização do património. Ora, estes últimos são cada vez mais frequentemente sujeitos a uma lógica de natureza económica: devem produzir empregos e riqueza.

Mais significativo: a atribuição de ajudas públicas a operações de protecção e de valorização deve ser justificada com uma finalidade “económica” clara, que se baseia, na maior parte das situações, em argumentos turísticos. É o caso dos programas da União Europeia baptizados de Leader II, Interreg ou Phare. Estes programas foram dotados de cerca de 1,9 mil milhões de dólares (360 milhões de contos) entre 1994 e 1999. A título de comparação, para o mesmo período, o





programa Rafael – o único da União Europeia especificamente destinado à salvaguarda e valorização dos bens culturais – foi dotado de apenas 38 milhões de dólares (7 milhões de contos).

Em conclusão, o turismo cultural manter-se-á como um factor potenciador de desenvolvimento para o património com a condição de preservar uma lógica cultural que sublinhe a sua independência face aos interesses económicos, sabendo contudo adaptar-se a estes. O que implica meios legais e regula-

■ ■  
*“Em matéria de investimentos, constata-se que, de uma forma geral, os fundos públicos ou privados consagrados à protecção do património (conservação e restauro) têm tendência a diminuir em detrimento dos fundos consagrados à valorização do património”.*

especificidades dos monumentos, sítios e museus que adquiriram um estatuto de objecto de consumo. Se a lei do mercado fosse aplicada livremente, corríamos o risco de assistir ao desenvolvimento de grandes superfícies de património, mediatizadas e standartizadas, convenientemente adaptadas à procura. E, quando o património autêntico se presta mal a este modo de valorização, nada impede que se crie cópias concebidas não para proteger o património mas sim para possibilitar uma melhor



■ ■  
*Em quinze anos, o turismo contribuiu pois, largamente, para a integração do património cultural no universo económico.*

mentares, a perenidade de alguns financiamentos públicos, uma avaliação mais realista dos constrangimentos e das vantagens da economia turística pelos responsáveis culturais. O que implica, igualmente, ter em linha de conta, de uma forma mais assertiva, as capacidades de gestão de que dispõe o sector privado comercial, na medida em que saiba ajustar as suas práticas às

rentabilidade do seu consumo. Esta hipótese está a ser estudada pelos promotores da nova estação litoral de Yasmine Hammamet (Tunísia): programaram a construção de uma falsa medina de 55 000 metros quadrados, que não colocará nenhum problema de acesso, de circulação, de gestão do comércio – problemas que caracterizam hoje as medinas....autênticas. ■

## O Turismo Cultural e a UNESCO



Permitir uma melhor cooperação entre todos os intervenientes no turismo é uma das grandes estratégias da UNESCO para estimular uma “sensibilidade para o cultural”, neste sector em forte crescimento.

No decorrer da década mundial para o desenvolvimento cultural (1988-1998), a UNESCO estabeleceu protocolos de colaboração com a Organização Mundial do Turismo (OMT), o Banco Mundial e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), bem como com empresas privadas, gestores de sítios e especialistas, com a finalidade de incentivar uma reflexão mais profunda sobre o impacto do turismo no património e nas culturas.

A UNESCO disponibiliza, assim, a sua experiência na gestão dos sítios do património mundial e apoia uma larga gama de projectos de turismo cultural.

A vocação última do turismo é instaurar um diálogo mais rico entre as culturas, objectivo que sustenta vários projectos científicos internacionais, apoiados também, pela, UNESCO.

Pretende-se, pois, promover a investigação, encorajar a vigilância a todos os níveis, ajudar os Estados a elaborar estratégias de protecção do património cultural a longo prazo, dar aos visitantes meios para melhor compreender e fazer com que o turismo se desenvolva em harmonia com as populações locais e em seu benefício.